



Universidade de Brasília – UnB  
Universidade Aberta do Brasil – UaB  
Curso de Geografia



---

OTONIEL OTONI

**TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO  
DE ARMAS NUCLEARES – TNP**

**Potencialização de Diferenças na  
Geopolítica Global**

Brasília – DF  
2013

OTONIEL OTONI

**TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO  
DE ARMAS NUCLEARES – TNP**

**Potencialização de Diferenças na  
Geopolítica Global**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como  
requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Professora Orientadora: Ana Claudia Rodrigues Fernandes

Brasília – DF  
2013

Otoni, Otoniel.

TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES  
– Potencialização de Diferenças na Geopolítica Global / Otoniel  
Otoni. – Brasília, 2013.

61f.

Monografia (licenciatura) – Universidade de Brasília,  
Departamento de Geografia, 2013.

Orientadora: Ana Claudia Rodrigues Fernandes, Departamento  
de Geografia.

1. Regime de não proliferação 2. Bomba atômica 3. Diplomacia  
Nuclear.

**OTONIEL OTONI**

**TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO  
DE ARMAS NUCLEARES – TNP**

**Potencialização de Diferenças na  
Geopolítica Global**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Brasília, do aluno

**Otoniel Otoni**

Profª Msc. Ana Cláudia Rodrigues Fernandes  
Professora-Orientadora

Profª Dra. Ruth Elias de Paula Laranja  
Professora-Examinadora

Profº Dr. Rogério Elias Soares Uagoda  
Professor-Examinador

Brasília, 20 de abril de 2013

Dedico este trabalho aos meus filhos, pelo apoio e pela compreensão em abrir mão de muitas horas de convivência para que o mesmo pudesse ser concluído.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, por ser a razão maior de todos os meus sonhos e realizações.

À professora Ana Claudia Rodrigues Fernandes pela adequação da orientação, pelas críticas e pelas palavras de incentivo em momentos oportunos, que me deram o direcionamento que proporcionou a conclusão do trabalho.

*“O mal não está no átomo, mas na alma dos homens”*

*Adlai Stevenson*

*“o poder incontrolado do átomo mudou tudo, exceto  
nossa forma de pensar e, por isso, caminhamos  
para uma catástrofe sem paralelo”*

*Albert Einstein*

## **RESUMO**

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP, instrumento basilar para a diplomacia nuclear, aprovado pela ONU em 1968, com início de vigência em 1970, foi criado em 1962, a partir do surgimento, no pós-guerra, de riscos de proliferação de armas nucleares, diante da inexistência de controle internacional. Em que pese a adequação dos propósitos expressos do Tratado, suas cláusulas foram elaboradas com viés de preservação das relações de poder vigentes e da exclusividade da nova tecnologia aos países nuclearizados, detentores da bomba atômica, em clara oficialização de dois pesos e duas medidas com o estabelecimento de restrições de desenvolvimento aos países não nuclearizados. A discriminação no trato do assunto, constatada em pesquisa bibliográfica e na análise do TNP, responde de forma comprometedora ao objetivo do trabalho de verificar a efetividade desse instrumento internacional destinado à minimização de conflitos no contexto da tecnologia nuclear. Pesquisa de campo agregou aos problemas de origem do TNP o fator preocupante da ausência de conhecimento do tema pelo grande público, medido por intermédio de questionário aplicado no meio acadêmico, no qual se esperaria o melhor grau de conhecimento, mas que apresentou elevado índice de desconhecimento em relação ao assunto. Conclui-se, portanto, diante da relevância universal do contexto nuclear, carência no trato do assunto pelas instituições de ensino superior, as quais deveriam ser instrumentos irradiadores do tema nuclear, mas que pouco produzem e menos disseminam, perpetuando essa lacuna de conhecimento.

**Palavras-Chave:** Regime de Não Proliferação, Bomba Atômica, Diplomacia Nuclear.



## **ABSTRACT**

The Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons - NPT, fundamental instrument for nuclear diplomacy, approved by the UN in 1968, with the beginning of term in 1970, was created from the onset, post war, risk of proliferation nuclear weapons, given the lack of international control. Despite the suitability of the expressed purposes of the treaty, its provisions were drafted with bias preservation of existing power relations and the exclusivity of the new technology to nuclear-weapon States, holders of the atomic bomb, a clear formalization of two weights and two measures with establishment of development constraints to non-nuclear-weapon States. Discrimination in the treatment of the subject, found in literature search and analysis of the NPT, responds compromising the objective of the study to verify the effectiveness of this international instrument to minimize conflicts in the context of nuclear technology. Field research has added to the problems of the origin of the NPT factor worrying lack of knowledge of the subject by the general public, measured by questionnaire in academia, where one would expect the best level of knowledge but that presented a high level of alienation the subject. We conclude, therefore, before the universal relevance of the nuclear context, lack of subject tract institutions of higher education, which should be instruments of irradiators nuclear issue, but that little produce and disseminate less, thus contributing to the maintenance this knowledge gap.

**Keywords:** Non-Proliferation Regime, Atomic Bomb, Nuclear Diplomacy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDA – Autoridade Internacional para o Desenvolvimento Atômico

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

ENDC – Eighteen Nation Disarmament Committee

EUA – Estados Unidos da América

IBC – Iraq Body Count

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

UCB – Universidade Católica de Brasília

UnB – Universidade de Brasília

UnICEUB – Centro Universitário de Brasília

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZLAN's – Zonas Livres de Armas Nucleares

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pólvora clássica .....	16
Figura 2 – Pólvora para caça .....	17
Figura 3 – Pólvora para mineração .....	17
Figura 4 – Catapulta .....	18
Figura 5 – Canhão .....	18
Figura 6 – Teste Trinity .....	19
Figura 7 – A bomba suja e indiscriminada .....	20
Figura 8 – Little Boy – Bomba de Hiroshima .....	21
Figura 9 – Fat Man – Bomba de Nagasaki .....	22
Figura 10 – Bomba de Hidrogênio – Castle Bravo – 1954 .....	23
Figura 11 – Evolução do poder explosivo das bombas atômicas .....	24
Figura 12 – Signatários do TNP .....	32
Figura 13 – Conhecimento do TNP .....	48
Figura 14 – Como Ficou Conhecendo o TNP .....	49
Figura 15 – Conceito do TNP .....	50
Figura 16 – Importância para a Formação Acadêmica .....	51
Figura 17 – Área de Formação .....	53
Figura 18 – Instituição de Ensino .....	53

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Elementos essenciais de um regime de não proliferação .....	26
Quadro 2 – Classificação dos Estados em relação aos regimes .....	27

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS .....	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1	A Evolução do Poder Explosivo.....	16
2.2	Regimes Internacionais e Regime de Não Proliferação de Armas de Destruição em Massa.....	25
2.3	O TNP – Antecedentes e formatação do regime .....	27
2.4	A criação do TNP .....	29
2.5	Os signatários do TNP.....	31
<b>3</b>	<b>PODER E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS .....</b>	<b>32</b>
3.1	Relações de Poder no Mundo Contemporâneo.....	34
3.1.1	Iraque – Suposições fatídicas.....	34
3.1.2	Coréia do Norte – Surge mais um nuclear.....	37
3.1.3	Iran – Nuclearização desenvolvimentista ou defensiva? .....	40
3.2	A Diplomacia Nuclear na Mídia .....	42
<b>4</b>	<b>O MEIO ACADÊMICO E A SOCIEDADE .....</b>	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>PESQUISA.....</b>	<b>44</b>
5.1	Pesquisa Bibliográfica .....	44
5.2	Pesquisa de Campo .....	45
5.3	Procedimentos de coleta e análise de dados .....	45
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>46</b>
6.1	Pesquisa Bibliográfica .....	46
6.2	Pesquisa de Campo .....	47
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>
	<b>Anexo 1 – Questionário de Pesquisa .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A estrutura geopolítica do mundo tem passado por transformações, observáveis nas alterações da configuração do Estado na qual os países se estabelecem.

Dessa forma, a evolução social do Estado se deu ao longo dos quase quatro séculos decorridos desde a conformação mundial da divisão estatal padronizada e estável, estabelecida nos tratados originários da Paz de Westfália, marco do fim do feudalismo e do início do absolutismo monárquico (GÓES, 2007).

Portanto, a origem do atual estado democrático constitucional encontra-se na remota desarticulação do sistema feudal, a partir do século XV, sendo os tratados da Paz de Westfália considerados os instrumentos precursores da paridade jurídica entre os Estados, os quais marcam o início da moderna sociedade internacional (FRANCA FILHO, 2006).

A partir de então, o novo sistema internacional dominante, agora integrado por Estados-Nações assentados sobre princípios de soberania estatal, passou a desenvolver instrumentos para a promoção do equilíbrio de poder, como forma de estabelecer melhores perspectivas para uma paz duradoura.

Em que pesem os propósitos desses e de outros tratados complementares posteriores, as iniciativas para a estabilização das relações entre os países e a efetiva gestão preventiva dos conflitos nem sempre apresentaram resultados positivos.

Observa-se como decorrência dessa instabilidade política uma acentuada alternância de poder a resultar, muitas vezes, de embates armados, como observado na “Era das Revoluções Burguesas” contra o poder absolutista, cujos conflitos provocaram profundas alterações na escala de poder vigente, em um movimento revolucionário global envolvendo Inglaterra, Irlanda, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Suíça e França (Em: <http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 13 maio 2013).

Percebe-se, portanto, certo grau de instabilidade no sistema westfaliano, cuja evolução foi forjada com a ascensão e queda de diversas potências políticas e econômicas, até se chegar à configuração atual, transitada de um equilíbrio de forças mantido pela Guerra Fria para um acentuado desequilíbrio, do qual se

tornaram beneficiários os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, principalmente os Estados Unidos com sua hegemonia econômica e bélica.

O novo e desproporcional instrumento bélico surgido no fim da Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica, utilizado no ocaso de uma guerra já vencida, passou a gerar preocupações pelo seu potencial destrutivo e pela busca de poder equivalente empreendida por outros países, com tendência à indesejável proliferação de armas nucleares.

Diante disso, os países vencedores daquela guerra buscaram meios de solucionar o problema, surgindo então o Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP, formalizado em 1968, com início de vigência em 1970, ao qual a adesão crescente gerou o contingente atual de 189 países signatários, em que pese a persistência de muitas controvérsias e questionamentos.

A Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA atua como elo nas formalizações de adesões aos acordos de salvaguardas e aos acordos adicionais, os quais estabelecem especificidades para cada país e reduz a relação direta entre os signatários do TNP nas questões inerentes ao tema.

Essa situação gera uma pseudo multilateralidade e torna frágeis as cláusulas do TNP, as quais não foram suficientes para o atingimento dos objetivos propostos. Suas regras discriminatórias, a exemplo do abarcamento sob o mesmo instrumento de detentores e de não detentores da bomba atômica, promovem a desigualdade entre países, ao oficializar o direito de poucos, em detrimento do benefício de muitos.

Percebe-se, no trato do assunto nos foros internacionais, a montagem de farsas no intuito de impor as suas regras, com fins de dominação. Embora controversa, a situação atual do Irã é um bom exemplo. Com um programa nuclear permanentemente declarado para fins pacíficos, o TNP lhe assegura o direito ao desenvolvimento e a receber o apoio dos demais signatários. Entretanto, sem embasamento fático, artificializa-se um cenário de risco, aplica-se sanções econômicas e desfere-se ameaças bélicas, no afã de demover o “parceiro” do exercício do seu direito instituído.

Uma análise objetiva, levando em conta inúmeros aspectos que ficam ofuscados pela fobia ante a possibilidade das terríveis consequências apocalípticas suscitadas pela bomba, poderá oferecer uma visão mais realista do problema e permitir fazer juízo da afirmação de Einstein de que “o poder incontrolado do átomo

mudou tudo, exceto nossa forma de pensar e, por isso, caminhamos para uma catástrofe sem paralelo” (Paul Strathern, 1998).

Dentro desse contexto de instabilidade política, da preservação e do exercício do poder pelas potências hegemônicas, à revelia do direito internacional, do engessamento do *status quo* inibidor das aspirações desenvolvimentistas de atores nacionais e do cenário de risco representado pelos programas nucleares desenvolvidos, em desenvolvimento e pretendidos, o presente trabalho apresenta uma análise do instrumento do direito internacional representado pelo TNP, com a identificação e a confirmação de inconsistências em um tratado moldado para atender os interesses exacerbados de vitoriosos de guerra, em detrimento de um maior equilíbrio entre os países e de maior equidade na exploração dos recursos do planeta e de novas tecnologias.

Além disso, a pesquisa avaliativa do conhecimento do assunto no meio acadêmico indicará o quanto o regime de não proliferação de armas nucleares é, ou não, moldado no interesse geral, democrático, equitativo e aderente às expectativas da sociedade.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Discutir o cumprimento e a efetividade do TNP em relação ao seu propósito de prevenção de riscos e conflitos nucleares e à necessária conformação equilibrada da geopolítica mundial.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Identificar a abrangência do TNP e as formas de adesão ao tratado.



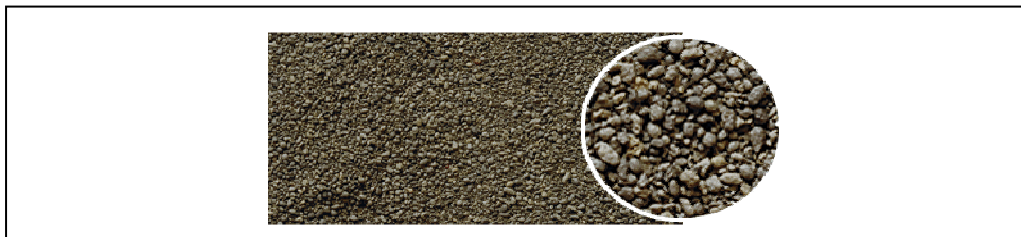
- Identificar no texto do TNP os seus propósitos relacionados à prevenção de conflitos dentro do contexto nuclear.
- Identificar e analisar situações de satisfação e/ou insatisfação de signatários do TNP para proporcionar a percepção de possíveis tendências na aplicação/submissão ao Acordo.
- Identificar situações de cumprimento e/ou descumprimento de cláusulas do Acordo por signatários.
- Identificar possíveis inconsistências no TNP e discutir possíveis consequências para a geopolítica mundial.
- Aferir o grau de conhecimento do meio acadêmico sobre o tema.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Evolução do Poder Explosivo

O cenário de insegurança e de disputas pelo desenvolvimento do maior poder explosivo possível, fomentado pelo advento da bomba atômica, ameaça a paz e a integridade política, econômica e social do planeta e tem origem remota, ainda no século IX, com a descoberta acidental da pólvora pelos chineses (Brasilecola, 2013).

Figura 1 – Pólvora clássica



Fonte: <<http://kacipesca.super-forum.net/t135-tipos-de-polvora>>.  
Acesso em: 13/05/2013.

A pólvora clássica, explosiva, tem em sua composição 75% de Salitre, 15% de carvão e 10% de enxofre. Ao longo dos séculos, a pólvora se espalhou pelo mundo e sua composição passou por alterações para se ajustar a destinações específicas, surgindo, assim, a pólvora de caça, de minas e de guerra.

Figura 2 – Pólvora para caça



Fonte: <http://www.teixeiranoticias.com.br/noticia.php?id=831&pagina=6&criterio=>>. Acesso em: 13/05/2013.

Figura 3 – Pólvora para mineração



Fonte: <<http://blogs.odiariorio.com/edsonlima/2008/08/19/explosoes-em-maringa/>>. Acesso em: 13/05/2013.

Considerada, portanto, a raiz das armas nucleares (CARROL, 2005), já no século X, a pólvora começou a ser utilizada com propósitos militares, em foguetes e bombas explosivas lançadas de catapultas. Em 1126, surgiu o canhão, com a utilização de tubos de bambu para lançar mísseis contra o inimigo. A utilização em armas de fogo portáteis, para lançar projéteis, foi iniciada por volta do ano de 1304, na Arábia (Brasilecola. Pólvora, 2013)

Figura 4 – Catapulta



Fonte: <<http://sementesdojardim.blogspot.com.br/2010/10/src-httpwww.html>>. Acesso em: 13/05/2013.

Figura 5 – Canhão

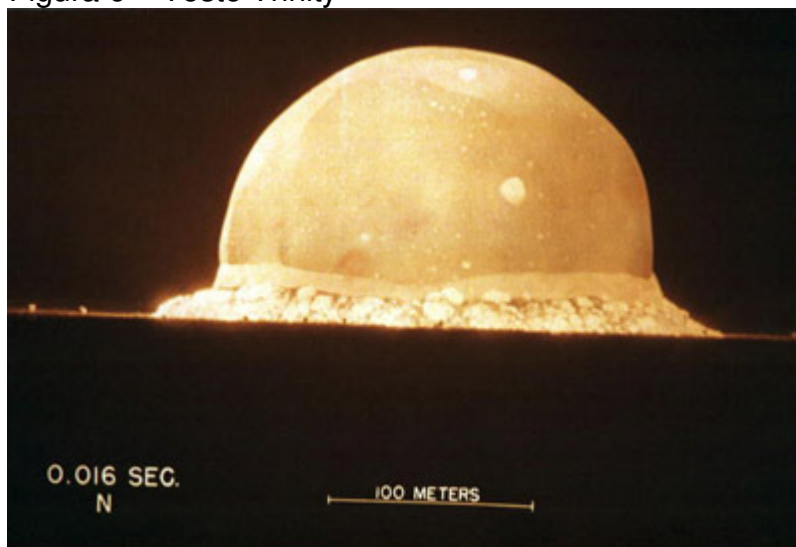


Fonte: <<http://www.gsbrazil.net/forum/viewtopic.php?f=116&t=10176>>. Acesso em: 13/05/2013.

Desde o surgimento da pólvora, passaram a ser buscadas novas combinações de elementos químicos para criar explosões cada vez maiores. Essa busca resultou no aumento do poder explosivo em centenas de milhões de vezes no prazo de mil anos (CARROL, 2005), partindo da pólvora de baixa energia e atingindo produtos e combinações cada vez mais potentes como a pólvora de alta energia, a nitrocelulose, a nitroglicerina, o blasting, a TNT (dinamite), as lamas explosivas e as emulsões explosivas.

Em 16/07/1945, no Deserto do Novo México, o teste Trinity dá início à era atômica. Superando todos os materiais explosivos até então existentes, a bomba Trinity explode com a força de 20 mil toneladas de alto explosivo, um clarão mais forte que o de 20 sóis e uma onda de calor irradiada em um raio de 16 quilômetros, resultado da liberação da "força extraordinária contida na própria estrutura do universo, o átomo" (CARROL, 2005).

Figura 6 – Teste Trinity



Fonte: <<http://sociedaderadioativa.blogspot.com.br/>>.  
Acesso em: 13/05/2013.

No primeiro decêndio do mês seguinte, nos dias 6 e 9 de agosto, ocorreram as duas únicas explosões atômicas da história destinadas ao genocídio justificado na guerra.

Esses eventos evidenciaram a característica indiscriminada e suja desse tipo de artefato, ao matar de forma instantânea dezenas de milhares de pessoas, a maioria civil e dentre as quais muitas mulheres, velhos e crianças, além de tornarem

inúteis as terras sobre as quais caíram e deixarem um legado mortal por milhares de anos (CARROL, 2005).

Figura 7 – A bomba suja e indiscriminada



Fonte: <[http://tribunadonorte.com.br/news.php?not\\_id=136885](http://tribunadonorte.com.br/news.php?not_id=136885)>.  
Acesso em: 13/05/2013.

As duas bombas, batizadas de "Little Boy" e "Fat Man", apresentavam as seguintes características (CARROL, 2005):

### **Little Boy**

Bomba de fissão

Data da explosão: 06/08/1945

Local da explosão: Hiroshima

Diâmetro: 70 centímetros

Comprimento: 3 metros

Combustível: Urânio

Força explosiva - 15 mil toneladas de TNT

População da cidade: 310 mil

Mortes: nos 20 primeiros segundos morreram 70 mil pessoas e nas semanas seguintes mais 140 mil (Em: < <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/arquivo05.asp>>. Acesso em: 01/03/2013).

Figura 8 – Little Boy – Bomba de Hiroshima



Fonte: <<http://eltamiz.com/2007/07/06/las-bombas-atomicas-de-hiroshima-y-nagasaki/>>. Acesso em: 13/05/2013.



## Fat Man

Bomba de fissão

Data da explosão: 09/08/1945

Local da explosão: Nagasaki

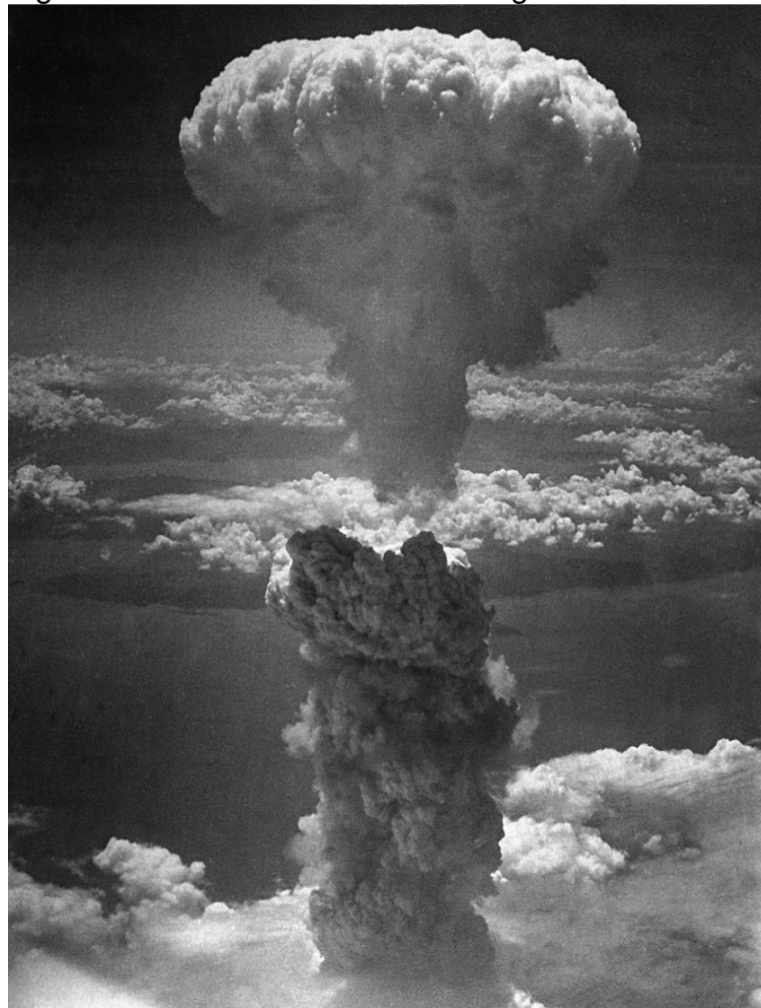
Combustível: Plutônio (mais energético)

Força explosiva: 21 mil toneladas de TNT

População da cidade: 310 mil

Mortes: no momento da explosão morreram 70 mil pessoas e nas semanas seguintes mais 70 mil (Em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/arquivo05.asp>>. Acesso em: 01/03/2013).

Figura 9 – Fat Man – Bomba de Nagasaki

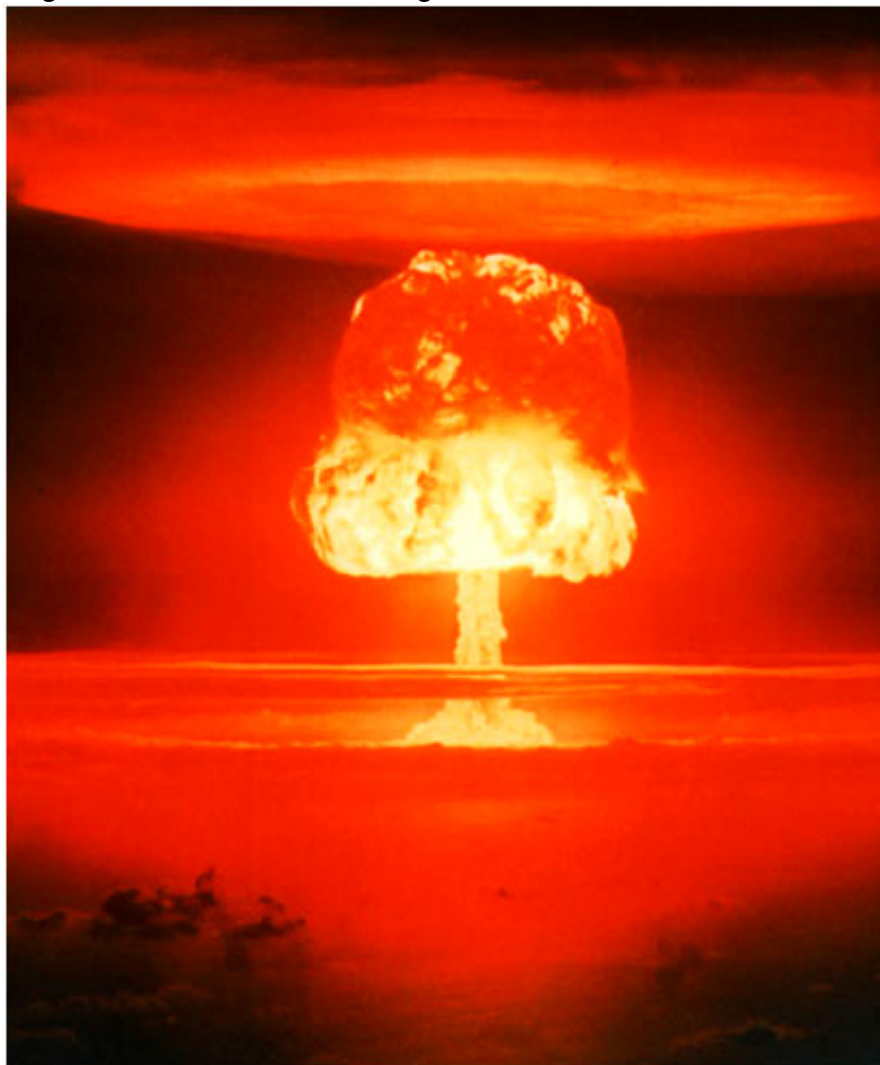


Fonte: <<http://eltamiz.com/2007/07/06/las-bombas-atomicas-de-hiroshima-y-nagasaki/>>. Acesso em: 13/05/2013.

O clima de tensão da Guerra Fria induziu uma forte corrida armamentista e os países detentores da bomba passaram a produzir arsenais atômicos cada vez mais numerosos, com artefatos explosivos cada vez mais potentes (CARROL, 2005).

Assim, em pouco tempo, em 01/11/1952, a tecnologia entra em uma nova era de poder explosivo, a era da Bomba de Hidrogênio, uma bomba de fusão nuclear mil vezes mais potente que as bombas de fissão de Hiroshima e Nagasaki, responsável por colocar os EUA na liderança da corrida armamentista (CARROL, 2005).

Figura 10 – Bomba de Hidrogênio – Castle Bravo – 1954



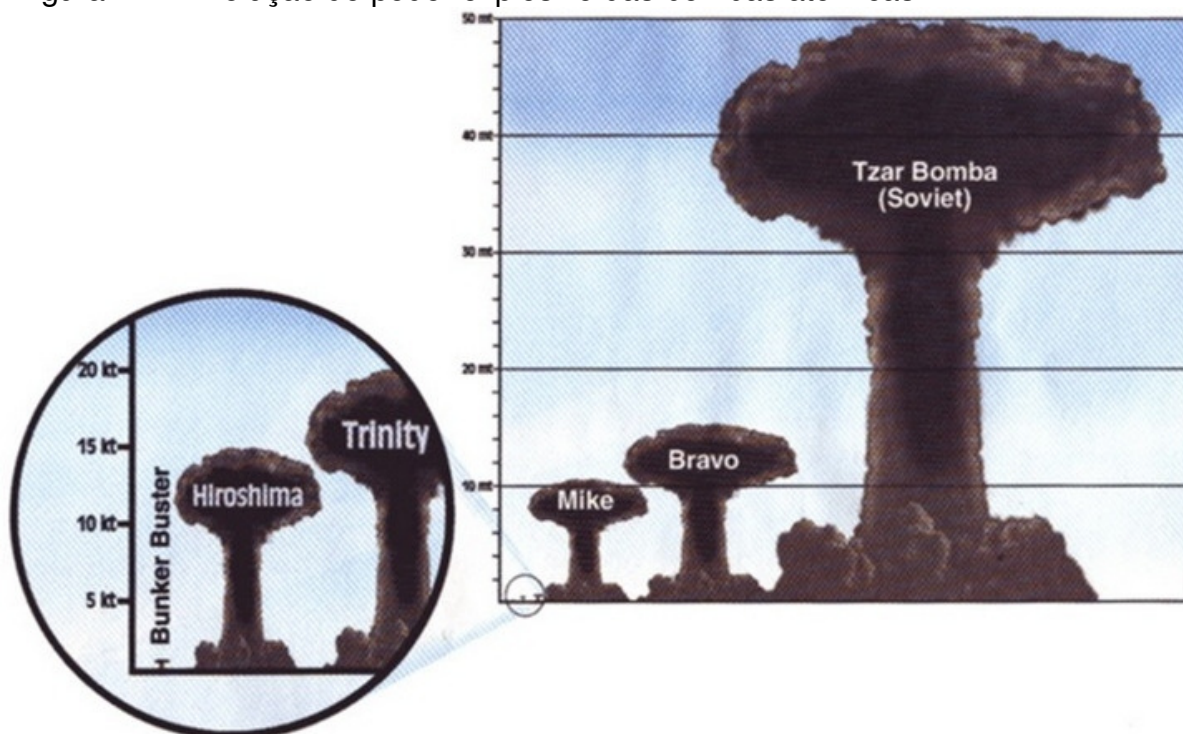
Fonte: <<http://www.brasilecola.com/quimica/tipos-bomba-atomica.htm>>.  
Acesso em: 13/05/2013.



Entretanto, a liderança bélica americana foi suplantada em 30/10/1961, quando a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS detonou uma Bomba de Hidrogênio de 27 toneladas, a Tzar Bomba, 3.800 vezes mais potente que a Bomba de Hiroshima (CARROL, 2005).

A bola de fogo da Tzar foi vista a mais de 960 km de distância, na maior explosão provocada pelo homem na história da humanidade (CARROL, 2005).

Figura 11 – Evolução do poder explosivo das bombas atômicas



Fonte: <<http://www.tsarbomba.org/Tsar-Bomba-Charts.html>>. Acesso em: 13/05/2013.

Atualmente, mesmo com um poder explosivo acumulado suficiente para destruir a humanidade inúmeras vezes, a busca por uma explosão maior e melhor continua e iniciam-se intenções de utilizar a mais poderosa fonte de energia conhecida: a antimatéria.

Teoricamente, apenas 20g de antimatéria poderiam replicar o poder de 75 bombas de Hiroshima.

Esse magnífico poder explosivo é quase mil vezes mais eficaz do que uma bomba de hidrogênio e 40 bilhões de vezes mais eficaz do que o TNT, o que proporcionaria que uma arma com o peso de um clipe de papel pudesse destruir

uma cidade do tamanho de Nova Iorque. Entretanto, a viabilidade da antimatéria como material explosivo ainda reside no campo da ficção científica, uma vez que a sua produção requer a colisão de átomos em velocidade próxima à da luz, cujo processo altamente ineficiente requereria bilhões de anos para produzir quantidade de material passível de ser pesado (CARROL, 2005).

Além disso, a manutenção da antimatéria é de difícil controle, sendo necessário um tubo de metal hermético, chamado armadilha, com poderosos campos eletromagnéticos para comprimir a antimatéria e mantê-la suspensa, sem tocar nas paredes do tubo.

## **2.2 Regimes Internacionais e Regime de Não Proliferação de Armas de Destruição em Massa**

O TNP é o pilar fundamental do regime de não-proliferação nuclear. Portanto, o entendimento de questionamentos à sua adequação e à sua aplicabilidade passa pelo conhecimento da dinâmica de construção de um regime internacional, uma vez que algumas peculiaridades dos regimes de segurança podem dificultar a cooperação e, por consequência, o seu funcionamento.

Segundo Krasner (1983), os regimes internacionais são conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos destinados a promover a convergência das expectativas de diversos atores em relação a um determinado assunto.

Embora negociados de forma aparentemente democrática e com o sentido de convergência de expectativas, a adesão pode representar para parte dos atores, abrir mão de sua liberdade, com riscos ao próprio exercício da soberania.

Esses riscos se potencializam com algumas características peculiares desse tipo de regime, dentre as quais Stein (1986) aborda a propensão dos participantes à trapaça, dentro de um contexto em que, por detrás do discurso de não proliferação e desarmamento, a estratégia dominante é o armamento preventivo e defensivo ante o medo e a desconfiança reinantes no cenário internacional.

Esse efeito desestabilizador do conceito dos regimes internacionais, materializa-se pelo argumento de Snidal (1985) e Smith (1987), segundo o qual esses regimes são forjados por um país em situação hegemônica para a manutenção de sua liderança em áreas específicas.

Em que pese a natureza desigual e a utilização tendenciosa pelo poder hegemônico, a coerção nem sempre é necessária na sua efetivação, pois os atores acostumam-se à obediência.

Dessa forma, os Estados detentores de maior poder ou de hegemonia sobre o contexto de um regime adotam medidas para aumentar a própria segurança e, por consequência, reduzem a segurança dos demais, dificultando, assim, a adesão a regimes de segurança (Jervis, 1993).

No caso específico do TNP, a relutância dos próprios signatários em aceitar a limitação de seus armamentos decorre do receio da trapaça dos demais Estados em relação a iniciativas para se desarmarem.

Segundo Keohane (1993), nos regimes internacionais, alguns signatários são mais beneficiados do que outros, havendo, inclusive, aqueles cuja situação piora ao aderirem ao regime, decisão que se justificaria em função das perdas causadas pela adesão poderem ser inferiores aos custos da não adesão, a exemplo das frequentes sanções impostas aos que se negam a aderir a determinado regime.

Ainda com relação ao TNP, importa perceber, além dos temas relativos à segurança, a sua permeabilidade e efeitos se estenderem à área tecnológica, com o comprometimento direto de programas nucleares e a sensibilização de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico dos países.

A existência de um regime de não proliferação requer alguns elementos essenciais, os quais, no caso do TNP, são identificados conforme o quadro abaixo, de acordo com Lamazière (1998).

Quadro 1 – Elementos essenciais de um regime de não proliferação

Regimes Internacionais em geral	TNP
Uma norma de não-proliferação ou de proibição completa consagrada em um acordo internacional	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.
Sistema de verificação de cumprimento da norma.	Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA
Controles informais de supridores	Nuclear Suppliers Group Austrália Group Missile Technology Regime
Mecanismos de <i>enforcement</i> internos ou externos	Conselho de Segurança da ONU

Fonte: Lamazière (1998), adaptado pelo autor.

Lamazière (1998) apresenta, ainda, a seguinte classificação dos Estados relativa aos seus posicionamentos em relação aos regimes:

Quadro 2 – Classificação dos Estados em relação aos regimes

Classificação	Exemplos no TNP
Atores que concordam e cooperam voluntariamente	Estados Unidos Ex-URSS Países ocidentais em geral Nações não nucleares (maioria)
Caronas ou <i>free riders</i>	Atualmente inexistente
Membros rebeldes	Irã
Completos outsiders	Índia Paquistão Israel Coreia do Norte

Fonte: Lamazière (1998), adaptado pelo autor.

## 2.3 O TNP – Antecedentes e formação do regime

As explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki evidenciaram um desequilíbrio de poder jamais visto entre os atores mundiais e gerou um movimento rumo ao reequilíbrio por meio do desenvolvimento de poderes equivalentes no campo bélico.

O potencial destrutivo da nova tecnologia nuclear passou a requerer limites à sua utilização e passou a ser vislumbrada solução para o problema no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU.

Em 1946, foi criada a Comissão das Nações Unidas para Energia Atômica, desativada em 1948 por não ter havido acordo entre as principais potências da época, Estados Unidos e URSS, cada uma querendo que o outro renunciasse primeiro às armas atômicas.

Foi tentada, também, a criação de uma Autoridade Internacional para o Desenvolvimento Atômico (AIDA), para controle das atividades nucleares de todos os países e dos recursos mundiais de urânio e tório (OLIVEIRA, 1989). Essa iniciativa, também, não logrou êxito, pois pressupunha poderes supranacionais à Autoridade de controle, sem o crivo do Conselho de Segurança da ONU e, portanto, sem a submissão ao poder de veto.

Outros planos foram sugeridos pelos Estados Unidos, todos com o objetivo de manutenção do seu monopólio na área nuclear, como único país detentor dessa tecnologia ao término da Segunda Guerra Mundial (LAMAZIÈRE, 1998).

Em 1949, a União Soviética realizou o seu primeiro teste nuclear e, em seguida, outros países vieram a integrar o grupo dos detentores de explosivos atômicos.

Os Estados Unidos passaram a adotar nova estratégia, a qual visava evitar a disseminação de armas nucleares e a manutenção do oligopólio então formado. Essa estratégia resultou na proposta à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1953, do programa Átomos da Paz, com o objetivo de promover a cooperação na área nuclear, o qual incorporava o compromisso norte-americano de compartilhar conhecimentos da nova tecnologia com outros países, em troca do controle dos materiais físséis por um organismo internacional a ser criado (MOTOYAMA, 2004).

O programa Átomos para a Paz produziu, entre 1956 e 1959, 40 acordos entre os Estados Unidos e seus aliados e provocou o desenvolvimento de programas análogos pela União Soviética e pela Comunidade Europeia, com o provimento de tecnologia nuclear para os países dos seus blocos.

Como resultado do objetivo principal do programa Átomos para a Paz, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1954, a criação da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, com dois objetivos principais:

- Promover a utilização pacífica da tecnologia nuclear.
- Impedir desvios para fins militares.

Entretanto, os processos de compra e venda de material nuclear entre os países, não era submetido ao controle da AIEA, com os negociadores preferindo as articulações e aplicações de salvaguardas de forma bilateral, como foi o caso dos Estados Unidos, já que as salvaguardas da Agência eram consideradas frágeis e na

negociação direta poderia se lançar mão de critérios políticos, econômicos e ideológicos (FISCHER, 1997).

A fragilidade identificada nas salvaguardas da AIEA era decorrente de desentendimentos principalmente entre os Estados Unidos e a URSS nas negociações para definição, o que passou a requerer um acordo de salvaguarda específico para cada caso de transferência de tecnologia, sujeitando as negociações a inúmeras controvérsias e consumo excessivo de tempo.

Em 1961, foi aprovado o primeiro sistema de salvaguardas da AIEA, com princípios gerais e procedimentos para aplicação das mesmas, bem como o Documento dos Inspetores, o qual definia as regras de conduta a serem adotadas na realização das inspeções.

As regras para os inspetores ficaram impactadas por muitas restrições em função da resistência dos Estados em permitir a entrada de agentes estrangeiros em seus territórios. Além disso, criou-se uma diferenciação entre os atores, ao ficarem excluídos das inspeções da AIEA a Europa e os países nucleares (EUA, URSS, França e Inglaterra).

O sistema de salvaguardas passou por ajustes e aperfeiçoamentos, com a ampliação da sua abrangência e dos itens de verificação, tendo se tornado instrumento fundamental na atuação da AIEA como verificadora dos compromissos do TNP.

## **2.4 A criação do TNP**

No início da atuação da AIEA, já havia a preocupação da ONU com a criação de um tratado para evitar a disseminação de armas nucleares. O receio do desenvolvimento da tecnologia para fins bélicos por países que já tinham programas nucleares como Alemanha, Israel, Índia, Itália, Japão, Suécia e Suíça, atribuiu contorno de urgência ao tema, principalmente a partir do teste nuclear realizado pela França em 1960.

Essa situação levou à criação de comitês para discutir o desarmamento nuclear, o primeiro, em 1960, com a participação de dez países, e o segundo e mais

importante, o Eighteen Nation Disarmament Committee – ENDC, com a participação de 18 países, entre eles o Brasil.

Após a eliminação de inúmeras divergências e pressionado pelo teste explosivo chinês realizado em 1964, o Comitê assumiu como objetivo principal a elaboração de um tratado que evitasse a proliferação das armas nucleares.

Ainda em 1964, a ONU adotou a Resolução 2028, a qual constituiu a base conceitual para o TNP, com destaque para cinco princípios:

1. Tanto os países nucleares quanto os não nucleares devem se obrigar a não se engajarem na proliferação de armas nucleares.
2. Deve haver um equilíbrio apropriado entre as obrigações assumidas pelos países nucleares e pelos não nucleares.
3. O tratado deve constituir um passo em direção ao desarmamento nuclear e ao desarmamento geral e completo.
4. Deve haver provisões práticas para assegurar a efetividade do tratado.
5. O estabelecimento de Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN's) não deve ser cerceado pelo tratado.

Após intensas e prolongadas discussões em Genebra, permeadas de preocupações com segurança e desenvolvimento, ganhou corpo um texto conjunto dos Estados Unidos e da União Soviética, o qual, ignorando exigências dos países não nucleares, foi submetido à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1968, tendo sido aprovado.

No processo para sua implementação, o Tratado recebeu as assinaturas de 62 nações, tendo entrado em vigor em 5 de março de 1970, após o número mínimo de ratificações, a resultar em 43 Estados-parte, sendo 40 não-nucleares e 3 nucleares (EUA, URSS e Inglaterra), com dois objetivos declarados:

1. Assegurar acesso justo à tecnologia nuclear pacífica, sob salvaguardas internacionais (auditorias e inspeções).
2. Prevenir a disseminação de armas nucleares a Estados que não as possuam.

Com relação ao segundo objetivo, constitui o estabelecimento de duas categorias de países. Tendo como base a data de 1 de janeiro de 1967, o Tratado

define como “Estado nuclearmente armado” os que explodiram suas bombas atômicas antes dessa data.

Aos países não nucleares ficaram proibidas a posse e a fabricação de armas e a explosão de qualquer artefato nuclear, proibição justificada pela dualidade da tecnologia, cuja aplicabilidade pode se dar tanto para fins pacíficos como militares.

Para assegurar o cumprimento dos compromissos decorrentes da adesão ao TNP, os países não nucleares deveriam, ainda, se submeter às salvaguardas da AIEA.

Se para os países não nucleares as obrigações do Tratado são abrangentes, o mesmo não ocorre em relação aos países nucleares, cujo único compromisso é com a iniciativa de negociações de boa fé, de forma a contribuir para a consecução dos objetivos do TNP.

## **2.5 Os signatários do TNP**

O processo de adesão dos países ao Tratado se deu de forma gradual e lenta. Não bastassem as dificuldades naturais para o entendimento em torno de regimes de segurança e desarmamento, o TNP tinha fatores inibidores próprios, a exemplo do comprometedor tratamento desigual entre países nucleares e não nucleares e a facilidade de burla às suas regras, com ocorrências frequentes.

Mesmo assim, por ocasião da Conferência de Revisão ocorrida em Genebra, em 1975, o Tratado já contava com 91 signatários.

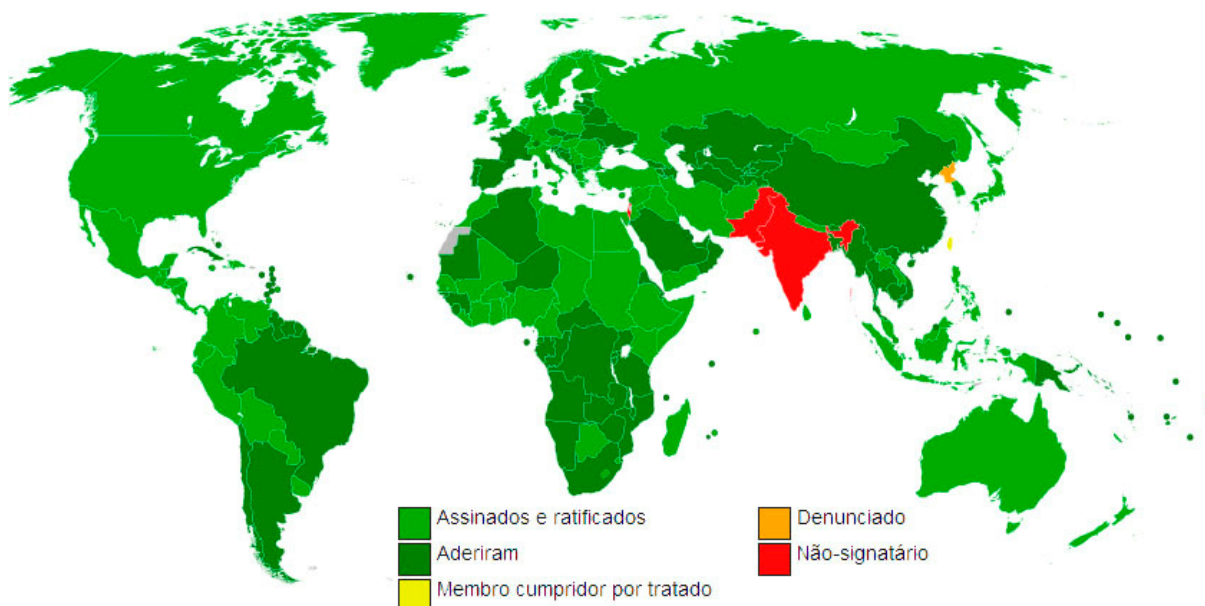
Apesar das violações praticadas por signatários, com ênfase em um suposto programa nuclear clandestino do Iraque, em 1982 o número de membros do TNP já era de 132.

A quantidade de adesões continua crescendo e atinge 178 membros em 1995, 186 em 1998 e 189 em 2010.

Continuam fora do TNP atores importantes como Israel, Paquistão, Índia e Coreia do Norte (ex signatário), pela sua condição de países nucleares não oficiais.



Figura 12 – Signatários do TNP



Fonte: < <http://geoliveon.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13/05/2013.

### 3 PODER E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS

O contexto da abordagem do presente trabalho tem como palco as relações internacionais entre os Estados e como ator principal os Estados Unidos, por ser, atualmente, o detentor da condição hegemônica no conjunto das nações.

Por princípio, o Estado é soberano, ou seja, é livre para buscar seus próprios interesses e, diante da inexistência de uma autoridade supranacional reguladora, o sistema internacional se apresenta anárquico e inseguro, com constante possibilidade de conflitos, tendo a guerra como extremo para o atingimento de determinado objetivo (ARON, 1979).

Se um Estado torna-se mais poderoso que os demais, haverá um movimento por parte dos Estados inferiorizados, de forma a buscar o reequilíbrio. Tal situação pode ser identificada no desenvolvimento dos recursos bélicos nucleares no pós guerra, quando a URSS iniciou o processo de equiparação de poder com o potencial destrutivo da bomba atômica dos EUA.

Esse exemplo de mecanismo mantenedor do equilíbrio de poder é aderente ao relato de Tucídides (2001) sobre a guerra do Peloponeso perpetrada pelos mais fracos contra o poder maior de Atenas.

Esse exemplo milenar pode ser complementado com exemplos mais recentes de formação de alianças de diversos poderes para fazer frente a um poder maior.

Segundo Morgenthau (1973), dentre as formas mais comuns de se atingir o equilíbrio de poder estão as corridas armamentistas, que podem assegurar ao Estado um poder de dissuasão suficiente para evitar conflitos.

A multipolaridade do sistema internacional atual requer o estabelecimento do equilíbrio de poder entre as várias potências existentes. Nessa configuração, as alianças e as inimizades são temporárias e o inimigo de hoje pode ser o aliado de amanhã (ARON, 1979).

Dessa forma, no início do século XIX, vê-se a Grã Bretanha se opondo à França, contando, para tanto, com os aliados Prússia e Rússia. Na Primeira Guerra Mundial essa configuração muda e a Grã Bretanha se alia à França, seu inimigo anterior, e juntamente com a Rússia combatem a Alemanha.

Na Segunda Guerra Mundial, também, percebe-se essa transitoriedade das alianças. A Grã Bretanha se alia à URSS para combater a Alemanha nazista e, após a guerra, se alia à própria Alemanha (ocidental) contra a URSS.

Ao trazer essa análise para o contexto contemporâneo, a partir do pós guerra, tendo os Estados Unidos como o detentor do maior poder e os demais países como atores do processo de busca do equilíbrio de poder, fica evidenciada a transitoriedade das alianças nesse jogo de forças.

Os Estados Unidos, como protagonista dos conflitos decorrentes do desequilíbrio de poder e do movimento natural rumo ao reequilíbrio, retrata nas suas relações com outros países a relatividade e a transitoriedade das alianças, tendo transitado da condição de aliado para inimigo com frequência, conforme os posicionamentos observados em relação ao Iraque, à Coreia do Norte e, por último, em relação ao Irã, tendo criado para referenciar esses e outros países *non gratos* o termo pejorativo “eixo do mal”.

Fator comum em todas as mudanças de postura dos EUA em relação aos seus aliados transformados em inimigos, os programas nucleares desses países passaram a ser questionados, inspecionados e colocados sob suspeição.

### **3.1 Relações de Poder no Mundo Contemporâneo**

Considerando as relações entre os países no contexto dos programas nucleares e tomando por usual a prática da trapaça, característica peculiar aos regimes de segurança (Stein, 1983), o resgate dos últimos processos de adequação de comportamentos nacionais aos propósitos do TNP requer muita isenção e critério na análise dos fatos, pois o desvio deliberado de conduta, por ser aceitável trapacear, não pode prejudicar ou enevoar a interpretação acadêmica, sob pena de desvirtuar o resultado do trabalho de pesquisa.

Dessa forma, importa verificar e interpretar três processos contemporâneos de atuação internacional na aplicação das regras do TNP. O primeiro, com a participação da AIEA e do Conselho de Segurança da ONU, resultou na invasão do Iraque pelos EUA. O segundo, com menor flexibilidade e com retrocessos nas negociações, resultou no surgimento de mais um integrante do grupo de países nucleares não oficiais, a Coreia do Norte. E, por último, o caso do Irã, ainda em processo de negociação, durante o qual o país dá sequência à evolução de seu programa nuclear.

#### **3.1.1 Iraque – Suposições fatídicas**

O Iraque desenvolveu um programa nuclear com fins bélicos, o qual foi desmantelado com a Guerra do Golfo, em 1991 (ELBARADEI, 2011).

Em que pese a existência, à época, de instalações ilícitas e atividades não declaradas à AIEA, caracterizando a clandestinidade do programa, tais fatos não deveriam servir de base para interpretações futuras, principalmente diante do maior controle e da efetividade das inspeções a partir da vitória dos EUA na guerra, situação à qual o Iraque teve que se submeter, pois não dispunha mais de recursos militares.

Em 2002, no rastro dos reflexos da derrubada das torres gêmeas do World Trade Center, com o Afeganistão já derrotado, as atenções dos EUA se voltaram contra o Iraque. A pretexto da manutenção de relações com a Al-Qaeda e do

desenvolvimento de um programa para produção de armas de destruição em massa, a intenção de ataque ao Iraque ganhava corpo.

A AIEA não tinha inspeções recentes ou informações atualizadas acerca das atividades nucleares e bélicas do Iraque, o que ofereceu às intenções do governo Bush campo aberto para revestir suposições com retóricas críveis, de forma a justificar atitudes agressivas pretendidas.

Nesse sentido, em discurso de 2 de outubro de 2002, em Cincinnati, Ohio, o presidente Bush fez afirmações beligerantes e infundadas, conforme trechos a seguir:

“... O país possui e produz armas químicas e biológicas. Eles continuam a buscar armas nucleares. O Iraque tem fornecido abrigo e apoio ao terrorismo... Há provas de que o Iraque está reconstituindo seu programa de armas nucleares...” (ELBARADEI, 2011).

Conforme afirma Elbaradei (2011, p. 63), essas inferências estavam “repletas de informações inexatas, sem comprovação, e que levam a conclusões equivocadas” e tinham como objetivo a mudança do regime no Iraque.

Não bastaram o convite feito por Saddam Hussein aos inspetores da AIEA para a retomada das inspeções, nem as frequentes declarações de inexistência de programa de produção de armas de destruição em massa, nem os novos relatórios de inspeções que em nada corroboravam o cenário desenhado pelos desejosos em deflagrar mais uma guerra.

Diante da inutilidade dos relatórios da AIEA para os propósitos do governo dos EUA, o vice-presidente Dick Cheney chegou a declarar que os Estados Unidos estão “preparados para desacreditar os inspetores (da AIEA) a fim de desarmar o Iraque”.

As inspeções da AIEA, durante 60 dias, foram em número de 139, em 106 locais, e não constataram qualquer prova de reativação do programa nuclear iraquiano.

Com um dos pontos de suspeita residindo na tentativa de aquisição de tubos de alumínio de alta resistência pelo Iraque, a fragilidade das evidências levava setores do Governo à contradição quando, por exemplo, o Departamento de Energia considerava os tubos apropriados ao uso em mísseis de artilharia, enquanto a

Secretária de Estado Condoleezza Rice afirmava serem apropriados apenas para programas de armas nucleares.

O outro ponto de suspeita provinha da suposta tentativa de compra, do Iraque junto ao Níger, de urânio enriquecido. De posse dos documentos comprobatórios, a AIEA constatou falsificações nos documentos e nas assinaturas, desmascarando o caráter fraudulento da alegação.

Diante da irredutibilidade do Governo Bush em relação à ação bélica contra o Iraque, o presidente francês Jacques Chirac, com veemente discordância chegou a afirmar quanto à alegada resistência do Iraque em oferecer informações sobre seus programas de armas: “Vocês sabem por que não conseguem obter as informações... É porque eles não têm informação nenhuma”. Ainda, segundo Chirac, os serviços de inteligência tinham o hábito de primeiro tirar conclusões, para depois elaborar os argumentos que a embasassem.

Então, sem embasamento consistente e sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, uma coalizão militar liderada pelos Estados Unidos, com a ajuda de britânicos, italianos, espanhóis e australianos, invadiu o Iraque no dia 20 de março de 2003.

Após oito anos de uma guerra justificada na trapaça, chega-se a um resultado trágico para o Iraque e vergonhoso para a civilização ocidental.

Contrariando informações oficiais minimizadas, a ONG britânica Iraq Body Count (IBC) revela a morte de 162 mil pessoas, quase 80% delas civis, desde o início dos ataques ao Iraque, em 2003. Já Elbaradei (2011) informa a perda de civis iraquianos da ordem de 800 mil nos três primeiros anos da guerra, além de milhões de mutilados, feridos, desabrigados ou privados dos seus meios de subsistência, tudo isso em flagrante transgressão aos direitos humanos e desrespeito às normas internacionais.

A derrubada do regime, com a execução sumária de Saddam Hussein, a pretexto de reorganização e democratização, deixou um legado de caos institucional e conflitos sociais, dentro de um clima de violência que as forças de ocupação não conseguiram solucionar antes da sua saída.

O conjunto de trapaças que levaram à eclosão da guerra fragilizou a imagem da ONU e da AIEA, o que levou Elbaradey à seguinte afirmativa em palestra proferida na Universidade de Stanford:

“A ONU perdeu em credibilidade, como organismo que conduz as ações contra o Iraque em nome da legitimidade internacional, e como consequência passou a ser considerada em alguns meios – especialmente por muitos no Iraque – como um mero auxiliar da força de coalizão, e não mais como uma instituição independente e imparcial” (ELBARADEI, 2011, p. 98).

Questiona-se, então, quem deve ser responsabilizado por uma ação militar adotada em contraposição à lei ou baseada em informações deliberadamente falsas?

Os responsáveis pela tragédia iraquiana e suas milhões de vítimas continuam altaneiros em suas trajetórias políticas, intitulados de benfeitores da humanidade, cujo último ato na guerra foi o abandono de um país com um novo poder oficial não legitimado, em meio ao caos institucional, à mercê de conflitos e violências de diversos grupos discordantes da nova ordem política.

### 3.1.2 Coreia do Norte – Surge mais um nuclear

A Coreia do Norte, mais um signatário do TNP com pretensões de desenvolvimento de seu próprio programa nuclear, teve, em contraposição, a previsível e contundente reação dos EUA, via de regra sustentada em suposições de intenções bélicas.

Conforme Elbaradei (2011), o clima entre os dois países, em 2002, era de “provocação e revanche”, em um cenário já identificado de propensão à trapaça e ao jogo de poder.

O descumprimento de entendimentos anteriores afastava os dois lados da razão sobre o assunto. Os norte-americanos deixaram de entregar aos norte-coreanos equipamentos nucleares prometidos e os norte-coreanos não abriram acesso às suas atividades nucleares do passado.

Esse período marcou o distanciamento entre os dois países, o direcionamento de referências desrespeitosas ao líder coreano, chamado pelo presidente Bush de “criança mimada” e “pigmeu”, além da inclusão do país no rol dos integrantes do chamado “eixo do mal”.

Diante de relatos da mídia sobre trapaça da Coreia do Norte com os termos da Estrutura de Acordo em vigência na sua relação com os EUA, houve a suspensão do fornecimento de óleo combustível, componente energético essencial para os norte-coreanos. Em resposta, a Coreia do Norte declarou extinta a Estrutura de Acordo, reativou o reator de Yongbyon, até então lacrado pela AIEA, retomou operações de reprocessamento de combustível queimado<sup>1</sup> e retirou-se do TNP.

Tentativas diplomáticas não surtiram efeito diante de exigências, acusações, recusa de propostas e a cessação do último compromisso da Coreia do Norte com a não proliferação, um acordo bilateral com a Coreia do Sul.

Pairavam dúvidas sobre suposições de plutônio escondido, instalações secretas e programa de enriquecimento de urânio.

A respeito do comportamento da Coreia do Norte em seu programa nuclear, Elbaradei (2011) faz o seguinte comentário:

“... se você está disposto a defender a si mesmo, deve acelerar seu programa nuclear, pois, assim, de alguma maneira estará imune. Dessa maneira, as pessoas se sentarão à mesa de negociação com você. E se isso não for feito o mais rápido possível, estará sujeito a uma possível ação preventiva.” (ELBARADEI, 2011, p. 112).

No que se refere à “possível ação preventiva”, a Coreia do Norte e o mundo haviam presenciado, recentemente, a invasão do Iraque por uma força de coalizão, à revelia da ONU e do Conselho de Segurança.

As iniciativas diplomáticas não resultavam positivas e, diante da pressão norte-americana para o desmantelamento total das instalações nucleares norte-coreanas, a Coreia do Norte se recusou a participar da quarta rodada de encontros.

Em momento posterior, com a diplomacia em perspectiva positiva, com promessas e aceitações de lado a lado, uma investigação paralela do Departamento do Tesouro norte-americano determinou o congelamento de US\$ 25 milhões em bens norte-coreanos.

Diante da recusa norte-americana em liberar os fundos congelados e em meio às negociações para superar mais essa crise diplomática, a Coreia do Norte anunciou a realização do seu primeiro teste nuclear, promessa cumprida seis dias após o anúncio, o que fez Elbaradei se referir a um aspecto bastante sério:

---

<sup>1</sup> Processo a partir do qual se obtém o plutônio utilizado na construção de armas nucleares.

“Mais um país – isolado, empobrecido, sentindo-se enormemente ameaçado pelos EUA, porém ainda assim com uma postura de desafio – havia se juntado ao clube exclusivo dos Estados detentores de armas nucleares”. (ELBARADEI, 2011, p. 116)

Como sempre, o Conselho de Segurança emitiu uma resolução de condenação e outras reações se fizeram presentes no episódio.

O ex-presidente Jimmy Carter, em postura conciliadora observou:

“O que se deve evitar, é permitir que um Estado nuclear sitiado tenha a convicção de que está permanentemente excluído da comunidade internacional, permitir que seu povo sofra privações terríveis e que os adeptos da linha-dura exerçam total controle das condições militares e políticas existentes no país”. (ELBARADEI, 2011, p. 117).

Houve, também, posicionamentos mais radicais, não prevalecentes, como o de David Frum, redator dos discursos do presidente Bush e autor do conceito de “eixo do mal”, em defesa da cessação da ajuda humanitária à Coreia do Norte, a inclusão de países asiáticos na Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN e, até mesmo, do estímulo ao Japão para renunciar ao TNP.

Radicais e moderados não poderiam mais alterar uma realidade: “Pyongyang agora estava numa posição mais sólida para negociar do que anteriormente” (ELBARADEI, 2011, p. 119).

Assim, novas negociações levaram ao descongelamento dos fundos norte-coreanos e a retomada do fornecimento de óleo combustível, havendo, em contrapartida, o fechamento do reator de Yongbyon e a normalização dos trabalhos dos inspetores da AIEA no país. Restabeleceram-se as relações entre o Japão e a Coreia do Norte.

Essa situação de normalidade ficou ameaçada em 2008, pelo recuo dos EUA em mais um compromisso, em não ter retirado a Coreia do Norte de sua lista de países que apoiam o terrorismo.

Diante disso, especialistas norte-coreanos receberam ordem para reinstalar os equipamentos nucleares e a AIEA foi proibida de realizar novas inspeções.

Três dias depois os EUA recuaram, retiraram a Coreia do Norte da lista dos países que apoiam o terrorismo e a situação voltou à normalidade.



Na primavera de 2009, mais uma vez, a situação tornou-se instável, a partir da realização de um teste de lançamento de satélite com possibilidade de ser um teste de mísseis de longo alcance, classificado pelos EUA como provocação e condenado pelo Conselho de Segurança da ONU.

Em resposta, a Coreia do Norte se retirou dos encontros diplomáticos e, mais uma vez, solicitou a retirada dos inspetores da AIEA do país.

Em 25 de maio de 2009, realizou seu segundo teste nuclear, seguido da retomada do programa de enriquecimento de urânio.

Entre idas e vindas, altos e baixos da diplomacia nuclear, a Coreia do Norte tornou-se um bom exemplo e a “prova impressionante da futilidade das tentativas de conter as ambições de proliferação por meio de confrontos, de sanções e do isolamento” (ELBARADEI, 2011, p. 128).

### 3.1.3 Iran – Nuclearização desenvolvimentista ou defensiva?

O Irã apresenta situação de maior complexidade para os alinhados da diplomacia nuclear.

Com um passado de altos e baixos, transitou de uma fase de pleno apoio internacional ao desenvolvimento do seu programa nuclear, na gestão do Xá Reza Pahlavi, para uma posição de clandestinidade, aos olhos ocidentais, a partir da mudança do regime, com a queda do Xá e a ascensão de um novo poder dominado pelos Aiatolás.

Desde então, o pano de fundo da incompatibilidade Irã X Ocidente, tem apresentado histórico de acusações de lado a lado, com o ocidente denunciando as trapaças iranianas e o Irã denunciando a hipocrisia ocidental. A deterioração do clima entre as partes resulta em distância cada vez maior para o entendimento e a superação da permanente crise diplomática instalada, com os EUA entrincheirados na linha de frente ocidental.

Desde a sua origem, no regime anterior, o programa nuclear iraniano tem sido declarado para fins pacíficos. Entretanto, a cada afirmativa pacifista, o ocidente, influenciado pela política norte-americana, rotula de enganosas as intenções iranianas declaradas e arrasta junto a si uma horda de países em ações,

declarações e sanções, principalmente econômicas, destinadas a isolar o Irã e forçá-lo a desistir do programa nuclear.

O posicionamento dos EUA e do ocidente, longe de trazer perspectivas de solução para o problema, apenas acirra o desentendimento e a radicalização de lado a lado, pois “uma política de isolamento e de sanções serve apenas para estimular o sentimento de orgulho nacional de um país” e induzir a definição do projeto nuclear como prioridade nacional (Elbaradei, 2011, p.134).

A existência de instalações nucleares não incluídas no acordo de salvaguardas, a não adesão ao Protocolo Adicional para maior abrangência das inspeções, a descoberta de infraestrutura com elevada capacidade para a instalação de centrífugas para o enriquecimento de urânio e a detecção de partículas de baixo e alto enriquecimento em uma usina-piloto evidenciaram a predisposição iraniana para a fraude (Elbaradei, 2011, p. 138), com respaldo na teologia xiita e no conceito *taqqiya*, permissivos à trapaça por uma causa justa.

Como um contrassenso às pressões ocidentais, o domínio do ciclo do combustível nuclear torna-se cada vez mais central nos objetivos iranianos, sob o argumento de que as sanções impostas pelo ocidente impedem a importação de qualquer item relacionado à área nuclear.

Quanto aos fins a que se destina o programa nuclear iraniano, importa ter presente a subjetividade das interpretações circunstanciais suscitadas no meio ocidental, as quais não tiram do campo das suposições as afirmativas pacíficas ou bélicas. Elbaradei (2011, p. 143) corrobora essa indefinição bilateral antagônica ao afirmar em relatório da AIEA:

“Até o momento, não há provas de que as substâncias e as atividades não declaradas previamente às quais se faz referência neste relatório estejam relacionadas a um programa de armas nucleares. No entanto, tendo em vista a postura de ocultamento do país no passado, levará algum tempo até que a agência possa concluir que o programa nuclear iraniano tem fins exclusivamente pacíficos.” (ELBARADEI, 2011, p.143).

Para a questão relacionada ao enriquecimento de urânio pelo Irã, propostas alternativas de solução surgiram, com abrangência estendida aos demais países não nucleares, sempre associadas à abdicação desses ao desenvolvimento da

tecnologia de enriquecimento de combustível, em clara negativa aos direitos dos signatários previstos no TNP.

Não bastassem as pressões internacionais à revelia do TNP, ainda existe, no caso do Irã, o risco declarado de uma ofensiva militar israelense, a pretexto de autodefesa.

No que se refere à diplomacia nuclear, os esforços parecem estar se dando na direção contrária, conforme sugere a afirmativa de um líder iraniano de que, em retribuição à participação e cooperação, o país foi incluído no grupo pejorativo do “eixo do mal” (ELBARADEI, 2011).

Avanços pró-ocidentais na questão nuclear iraniana se dissipam facilmente pelos fracassos diplomáticos que levaram o Irã a retomar a fabricação e os testes com as centrífugas, consolidando o programa de enriquecimento de urânio, legítimo perante as cláusulas do TNP, embora considerado pela ONU uma ameaça à paz e à segurança internacionais.

### **3.2 A Diplomacia Nuclear na Mídia**

A relação da mídia com as forças estatais e paraestatais determinantes do *status quo* da diplomacia nuclear, nem sempre se dá de forma transparente e verdadeira e toma parte de um jogo de poder pautado no que o sociólogo Guerreiro Ramos chamou de “dialética da ambiguidade” (RAMOS, apud DORNELES, 2003).

Percebe-se, nessa relação de dependência mútua, o exercício conjunto do poder político, econômico e cultural, como forma de preservação dos interesses essenciais próprios de cada poder (DORNELES, 2003), contexto no qual se considera para o presente trabalho o poder bélico como meio de persuasão e sustentação dos demais poderes.

Nesse sentido, de acordo com Dorneles (2011), a política externa e hegemônica dos EUA passa a exigir uma cobertura ideológica internacional, para a qual se torna fundamental a utilização dos grandes veículos de imprensa, rádio, televisão e cinema.

Como estratégia de dominação, passam a ser estabelecidas relações convenientes entre o poder representativo do *status quo* e as grandes redes de comunicação de massa, tendendo à subordinação dessas e levando a situações de omissão e distorção deliberada de informações e notícias.

O povo, público alvo das ações e informações das empresas de mídia, fica à mercê de inverdades e versões fantasiosas sobre a realidade a que tem direito e deveria conhecer.

A cortina de fumaça que se lança sobre os fatos levaram à seguinte afirmativa de Dorneles (2011) sobre o contexto da Guerra do Iraque: “Para quem comanda exércitos, quanto menos a imprensa mostrar, melhor. Mas nunca tinha se chegado a tal estágio de controle de informações...”.

Essa manipulação da realidade se confirma em reportagem do New York Times, reveladora de predisposição do Pentágono à divulgação de informações falsas para influenciar a opinião pública (DORNELES, 2011, p25).

Como consequência da tendenciosidade das grandes agências de notícias internacionais, instrumentos de conluio entre o poder estatal e as grandes redes de comunicação de massa (DORNELES, 2011), a influenciar órgãos de mídia e jornalistas em todo o mundo, com frequência se observa a veiculação de informações noticiosas frágeis, baseadas em inferências e suposições.

A título de exemplo, pode-se citar afirmativa do jornalista Heródoto Barbeiro sobre a questão nuclear, a seguir:

“... o Governo dos EUA vai continuar firme no Iraque e ao mesmo tempo atuar para frear o Irã, em sua busca desenfreada por armas nucleares, e o grupo militante islâmico Hamas, grande vencedor das eleições palestinas.” (BARBEIRO, 2006).

Fica evidenciada a superficialidade e a influência exógena nesse trecho da introdução do Relatório da Cia – Como Será o Mundo em 2020, pois a “busca desenfreada por armas nucleares” só encontra respaldo nas inferências dos EUA dentro de um contexto sujeito a trapagens, e o Hamas vencedor das eleições palestinas é, como não poderia ser diferente, um grupo político legalmente constituído e não um grupo militante com conotação terrorista, como Barbeiro (2006) dá a entender.

## **4 O MEIO ACADÊMICO E A SOCIEDADE**

Como forma de assegurar transparência e realidade das questões diplomáticas nucleares à sociedade, é imprescindível um fluxo regular, democrático e verdadeiro das informações sobre o tema.

Entretanto, a manipulação, a hipocrisia e a farsa, dentro de um contexto no qual se valoriza a trapaça como forma de atingimento de objetivos, impedem que a realidade dos atos, fatos e decisões sobre as questões nucleares se torne de domínio público em toda a sua extensão e verdade.

Em que pese o distanciamento da realidade imposto pelos poderes controladores da mídia se estender a muitos outros setores e atividades, o tema nuclear deve merecer relevância no meio acadêmico, haja vista o seu invólucro de mistério artificializado por meio de iniciativas oficiais e/ou oficiosas, normativas e/ou transgressivas, as quais têm entre seus objetivos a neutralização da opinião pública para favorecer ações de dominação.

Decorre daí, uma necessária valorização da atuação do meio acadêmico na interpretação desse contexto e na produção de conhecimentos coerentes e precisos, a serem oferecidos à sociedade, com o objetivo de dissipar a nebulosidade que dificulta a percepção íntegra dos fatos.

## **5 PESQUISA**

### **5.1 Pesquisa Bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica, tomando por base, principalmente, autores como Elbaradei (2011) e Dorneles (2006), além do próprio texto do TNP, buscou explicitar inadequações do Tratado para os objetivos a que se propõe, além de estabelecer a percepção da atuação da mídia com viés tendencioso ao acobertamento da realidade fática da diplomacia nuclear.

## **5.2 Pesquisa de Campo**

Foi aplicado questionário semi-estruturado (Anexo 1), para avaliar o grau de conhecimento do tema e do TNP pelo público acadêmico, tendo sido obtidas 55 respostas, as quais foram tabuladas e analisadas e proporcionaram constatações importantes para a conclusão do estudo.

O questionário apresentou sete perguntas ao público alvo, as quais são analisadas uma a uma no item 4.2 adiante.

## **5.3 Procedimentos de coleta e análise de dados**

Para a aplicação do questionário foi utilizado recurso do Google Drive, o qual, além de oferecer instrumentos para criação e armazenamento de arquivos diversos, proporciona a geração de formulário eletrônico, permite o seu envio ao público selecionado e realiza o recebimento das respostas com elaboração de visão gráfica dos dados.

Para dinamizar e potencializar o número de respostas pretendido foi utilizada a rede social do Facebook como instrumento disseminador do acesso ao questionário eletrônico e facilitador da seleção do público alvo acadêmico.

Por meio de uma conta no Facebook com quantidade significativa de contatos acadêmicos, foi feito o envio do questionário ao público alvo escolhido.

O questionário passa a ser um dos documentos listados na tela principal do Google Drive e a cada acesso os dados são apresentados com a posição atualizada, acrescida das respostas mais recentes.

As respostas, facilitadas pelo meio eletrônico, ocorreram no período de dois dias.

Embora a ferramenta do Google proporcione amplos recursos para análise e interpretação, a tabulação e geração de gráficos com os dados coletados foram realizadas com a utilização do Excel, para a correção de alguns desvios nos resultados.

Foram formatadas planilhas e gráficos, os quais proporcionaram as análises e conclusões apresentadas.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1 Pesquisa Bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica sobre a diplomacia nuclear e o TNP constatou a origem controversa do Tratado, em um cenário pós guerra com hegemonia dos EUA, no qual interesses de dominação e do exercício do monopólio sobre a energia nuclear não podem ser desconsiderados.

Assim, Elbaradei (2011) mostra claramente o ambiente de trapaça em que se dá o desenvolvimento das tratativas sobre o tema.

A cada tentativa de países de buscar evolução tecnológica por meio do desenvolvimento de programas nucleares, se contrapõem os detentores do poder mundial para inibir avanços nessa área.

Essa radicalização proibitiva do desenvolvimento da tecnologia nuclear por outros países vai de encontro aos preceitos do TNP e constitui transgressão do seu Art. IV, onde está expresso o direito dos países não nucleares de desenvolver sua própria tecnologia nuclear para fins pacíficos e o dever dos demais signatários do TNP de apoiar essas iniciativas.

Entretanto, com base em suposições nunca provadas, os países nucleares, principalmente os EUA, negam esse direito internacional aos países que não se alinham com sua ideologia e desenvolvem ações de pretensa persuasão, na forma de sanções econômicas, bloqueios de bens, dentre outras, as quais, longe de atingirem os objetivos pretendidos, produzem no país sob pressão um sentimento de defesa de soberania.

O cenário internacional recente, de conflitos mal resolvidos no Afeganistão e no Iraque, países invadidos e aniquilados por decisão unilateral do invasor, à revelia do direito e dos foros internacionais estabelecidos, não recomenda confiança nas instituições supranacionais conciliadoras de crises, a exemplo da ONU. Antes, diante da ineficácia de seu poder e da ausência da autonomia que deveria ter, leva países oprimidos ideologicamente a buscar alternativas de resistência, a exemplo da Coreia do Norte, impelida aos testes explosivos atômicos como forma de neutralizar ameaças de invasão e assegurar maior estabilidade na sua inserção internacional.

Passada a crise circunstancial e os efeitos ineficazes da condenação padrão do Conselho de Segurança da ONU, as reações às iniciativas da Coreia do Norte contrárias aos interesses ocidentais tornaram-se nitidamente mais brandas.

O passado recente produziu duas guerras desnecessárias dos EUA e seus aliados contra países que não tinham capacidade bélica para se defender de forma compatível. Produziu, também, um contraponto nessa escalada fatídica, representado pela Coreia do Norte, ao refrear o ímpeto beligerante dos pretensos dominadores do planeta. Agora, se desenvolve novo processo de denegação do direito internacional expresso no TNP e de discriminação de um país na busca do desenvolvimento de tecnologia nuclear declaradamente para fins pacíficos, o Irã.

Ainda que frágil, o equilíbrio de forças proporcionado pela bomba atômica da Coreia do Norte provocou o direcionamento da artilharia ocidental contra o Irã e seu programa nuclear.

Os instrumentos de pressão utilizados contra o Irã são os mesmos com os quais se tentou demover os coreanos de desenvolverem seu programa nuclear e o Irã, mesmo que esteja coerente com seu discurso e aderente ao TNP, poderá redirecionar seus esforços se sentir-se transgredido no seu direito internacional e ameaçado na sua soberania.

Esse é o cenário a ser acompanhado nos próximos meses ou anos, cujos embates, quiçá, pudessem se dar apenas no âmbito dos foros internacionais, em que pesem os elevados riscos da deflagração de mais um conflito armado no planeta.

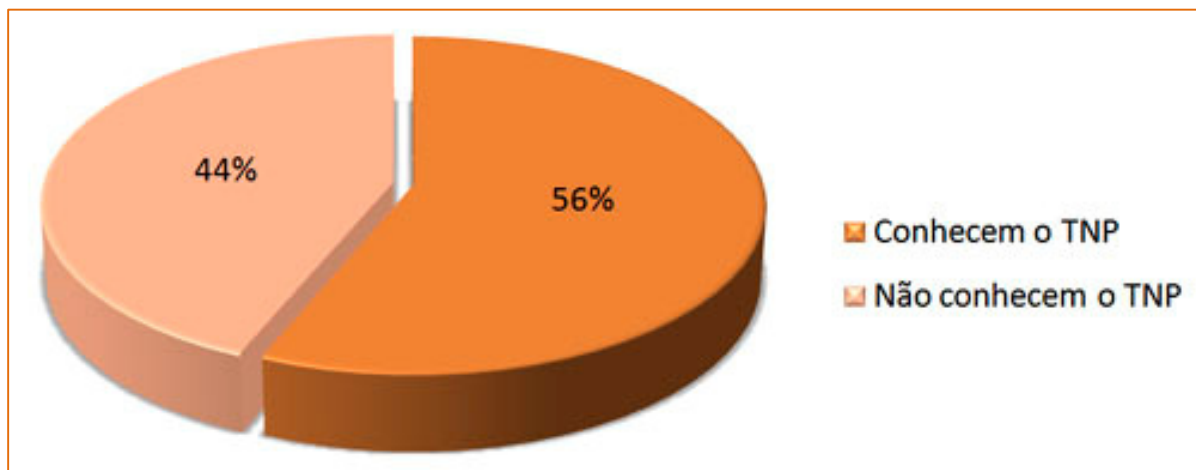
## **6.2 Pesquisa de Campo**

As 55 respostas obtidas ao questionário direcionado ao público acadêmico proporcionaram a tabulação dos dados e a geração de gráficos facilitadores da análise, realizada isoladamente, por questão apresentada, bem como, em algumas situações, interpretando o cruzamento de informações de mais de uma questão.



**Questão 1 - Com relação ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP, você sabe da sua existência e dos seus propósitos?**

Figura 13 – Conhecimento do TNP



Fonte: Elaborado pelo autor

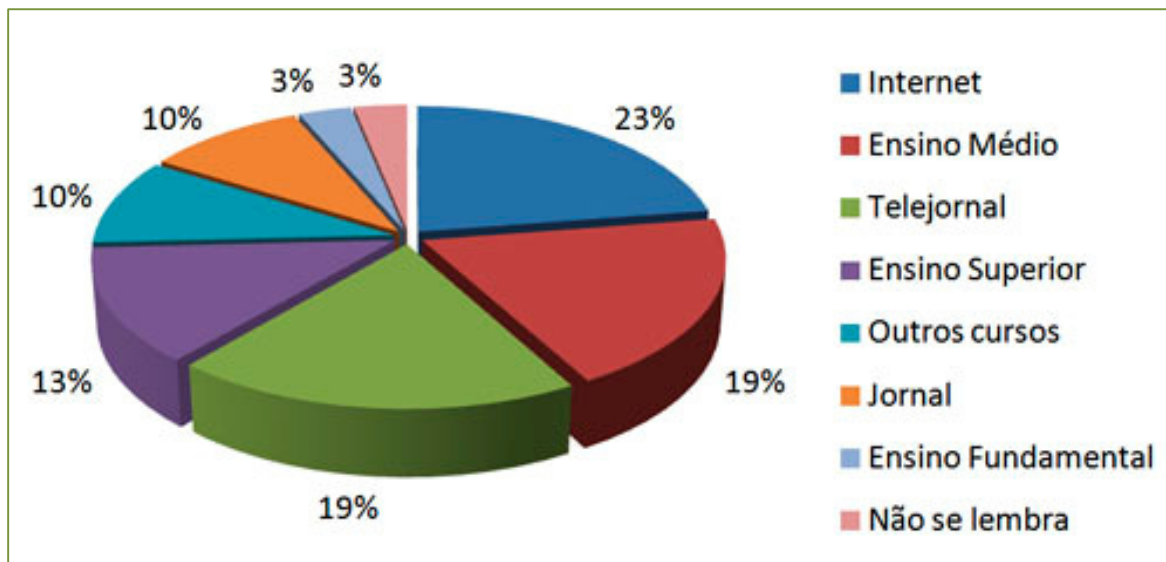
Considerando o direcionamento do questionário exclusivamente ao público acadêmico, é preocupante o resultado apresentar, das 55 respostas, 24 respondentes que não conhecem o TNP, o que representa 44% do total.

Os respondentes passaram pelos níveis de ensino fundamental, médio e superior. Muitos já têm experiência profissional e os meios de comunicação oferecem inúmeras oportunidades de contato com informações pertinentes.

Considerando, então, o elevado grau de importância do assunto no contexto internacional, pode-se afirmar a existência de significativo grau de desconhecimento da realidade da diplomacia nuclear e da geopolítica mundial.

## Questão 2 - Como ficou conhecendo o TNP?

Figura 14 – Como Ficou Conhecendo o TNP



Fonte: Elaborado pelo autor

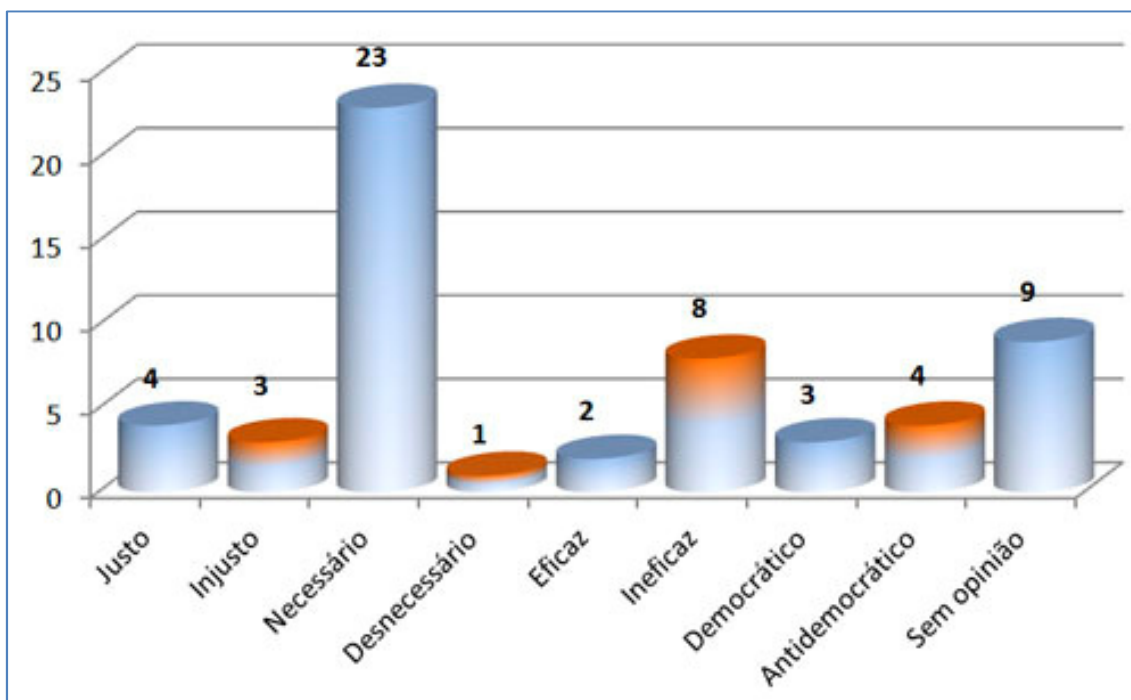
O público respondente desta questão ficou reduzido a 31 pessoas, uma vez que os 24 que responderam não à primeira questão ficaram incompatíveis com a pergunta.

Assim, dos 31 respondentes, importa registrar que 61% conheceram o TNP por meio da Internet, na escola (Ensino Médio) e em telejornais. Excluídos os que não se lembram, os demais estão distribuídos entre a faculdade/universidade, outros cursos, jornal escrito e escola (Ensino Fundamental).

São identificados, nessas respostas, dois aspectos merecedores de destaque: a) a força da Internet como instrumento informativo do dia a dia, se suplantando à mídia televisiva de notícias; e b) o ensino médio com indicativo de adequação na abordagem do assunto em sala de aula.

**Questão 3 - Assinale os itens que traduzem o seu conceito acerca do TNP e sua aplicabilidade.**

Figura 15 – Conceito do TNP



Fonte: Elaborado pelo autor

Também nesse caso, e pelos mesmos motivos apresentados na análise da questão 2, o público alvo da pergunta ficou reduzido a 31 pessoas.

Essa questão admitiu o assinalamento de mais de um indicador e teve por objetivo proporcionar a apreensão do conceito que as pessoas têm a respeito do TNP.

Os que responderam não ter opinião a respeito, deixaram transparecer um conhecimento superficial do assunto, uma vez que os indicadores apresentados para assinalamento têm entendimento fácil e objetividade dialética.

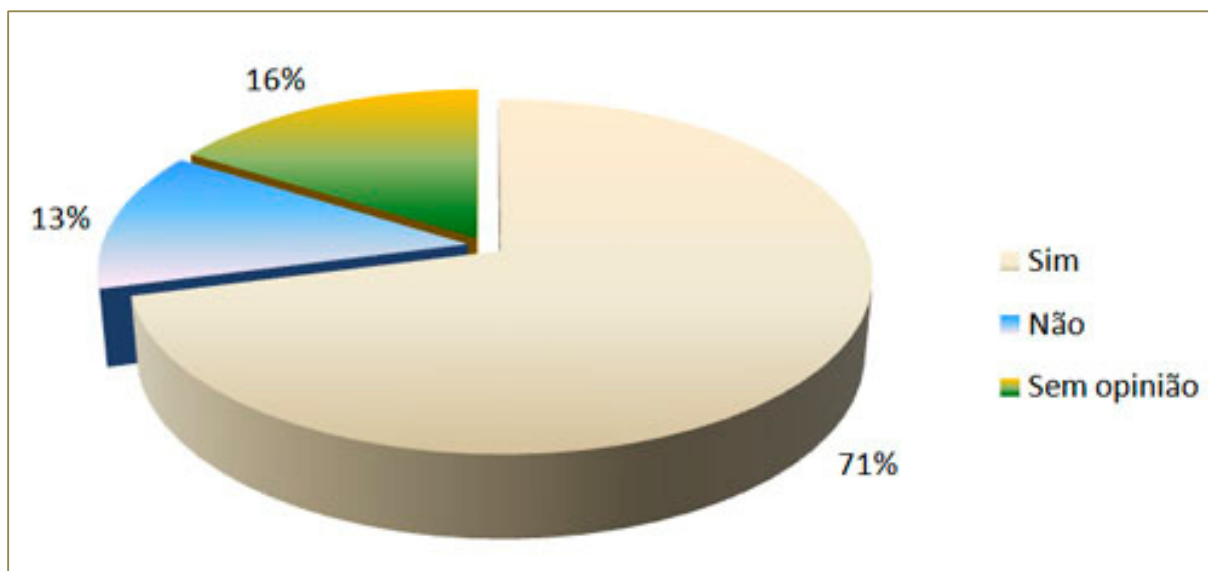
Os indicadores justo/injusto e democrático/antidemocrático, por apresentarem diferença de apenas uma resposta entre si, são considerados na presente análise como indicadores em equilíbrio conceitual. Entretanto, não se entende por equilíbrio conceitual uma situação favorável. Ao contrário, o equilíbrio entre um conceito positivo e um negativo denota um desvio na avaliação do indicador, uma vez que seria desejável que o conceito negativo fosse nulo.

Assim, o peso dos indicadores “Injusto” e “Antidemocrático” se sobrepõem de forma importante aos seus antíteses.

Mas, o que salta mais à vista no resultado e na visão gráfica é o elevado grau de ineficácia do TNP no conceito dos respondentes, em contraponto ao grau mais elevado ainda do indicador que reflete a necessidade do tratado. Resumindo, o TNP é ineficaz, porém necessário.

#### **Questão 4 - O estudo sobre Diplomacia Nuclear, com foco na análise crítica do TNP, é importante para a formação acadêmica?**

Figura 16 – Importância para a Formação Acadêmica



Fonte: Elaborado pelo autor

Também nesse caso, e pelos mesmos motivos apresentados na análise da questão 2, o público alvo da pergunta ficou reduzido a 31 pessoas.

A complexidade do assunto e a dificuldade em associa-lo à formação acadêmica em geral, resultam em importante percentual de pessoas que se dizem sem opinião a respeito (16%) e de pessoas que não percebem importância do tema para a formação acadêmica (13%), perfazendo 29% do total de respostas.

**Questão 5 - Apresente comentários, se desejar.**

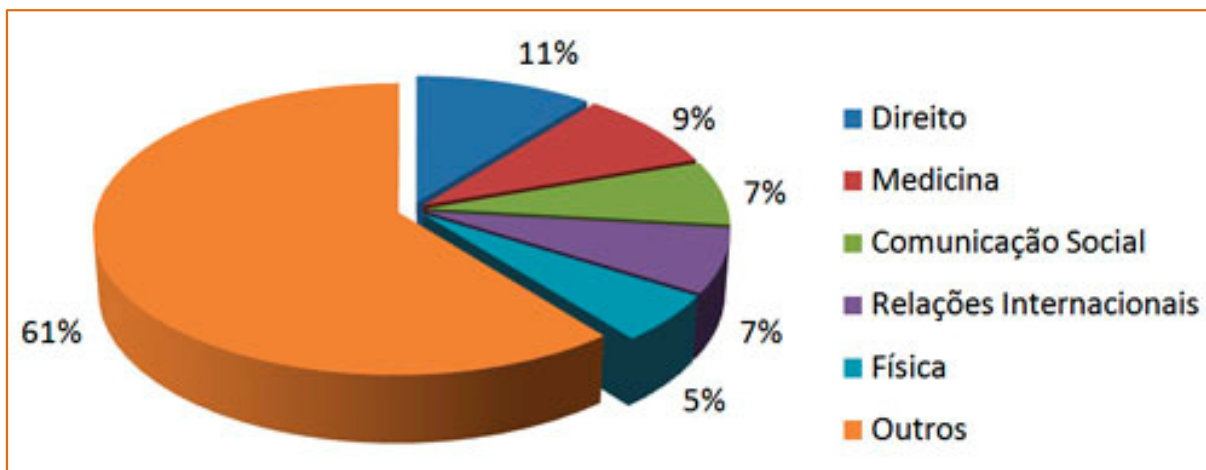
A questão 5 teve caráter facultativo para facilitar respostas ao questionário por pessoas que têm dificuldade de se manifestar textualmente.

Dessa forma, as respostas ficaram reduzidas a 7, abaixo transcritas:

1. Pouco divulgado na mídia.
2. Temos uma clara violação em países como Coréia do Norte e a tentativa de violação em outros países do Oriente Médio. O ideal é que a ONU fiscalize com mais rigor e imponha sanções que façam diferença.
3. As assimetrias do TNP refletem as assimetrias do próprio jogo nuclear global.
4. Não acho que seria eficaz como muitas coisas que não são hoje em dia. Na minha opinião, os países desenvolvidos como os Estados Unidos, até poderiam fazer parte disso politicamente, mas não seguiriam à risca o Tratado. Como, por exemplo, o caso das usinas nucleares.
5. Considero o conteúdo do TNP necessário, porém sua aplicação é antidemocrática.
6. Para o TNP ser considerado mais eficaz, haveria a necessidade de adesão de mais países, para que desta forma possa se fortalecer o impedimento da proliferação de armas nucleares. Contudo, deve abranger ainda a diminuição e até a eliminação dos que já possuem este tipo de armas, pois qualquer um que a detenha pode trazer o risco à população de qualquer país.
7. Acredito que todos deveriam ter uma formação mais sólida e abrangente em temas relacionados à política interna e externa, o que inclui o TNP.

### Questão 6 - Informe sua área de formação.

Figura 17 – Área de Formação

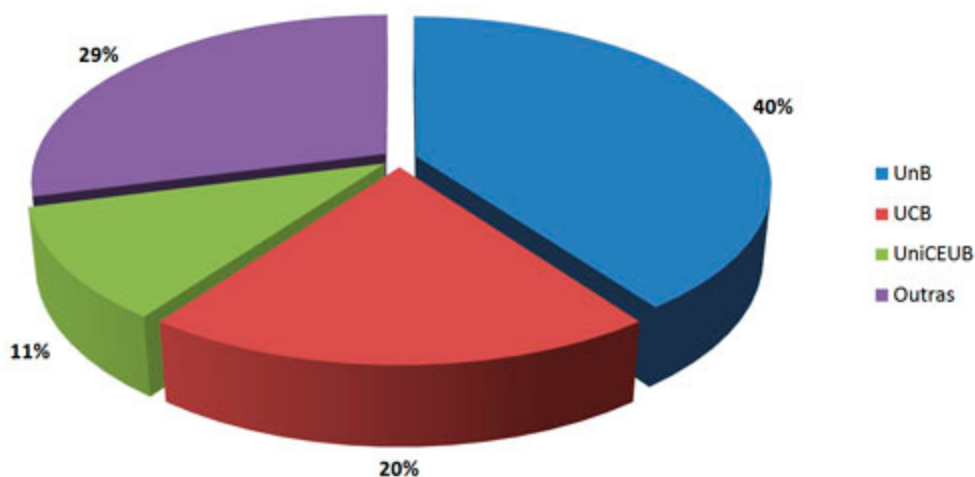


Fonte: Elaborado pelo autor

A pesquisa identificou público alvo pulverizado em muitas áreas de formação, com incidência um pouco mais concentrada nas áreas do Direito, Medicina, Comunicação Social, Relações Internacionais e Física, perfazendo 39% da amostra, com os restantes e significativos 61% distribuídos de forma mais pulverizada em outras 26 áreas de formação.

### Questão 7 - Informe a instituição de ensino onde cursou ou está cursando.

Figura 18 – Instituição de Ensino



Fonte: Elaborado pelo autor

O público alvo pesquisado cursou ou está cursando o nível superior em 16 instituições de ensino diferentes.

Dos 55 respondentes, 40% manifestaram vínculo com a Universidade de Brasília - UnB, 20% com a Universidade Católica de Brasília – UCB e 11% com o UniCEUB. As demais instituições de ensino declaradas, em número de 13, perfazem 29% do total.

## **7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A pesquisa de campo, realizada com a aplicação do questionário constante do Anexo 1, proporcionou a obtenção de dados primários para a análise e aferição do conhecimento do meio acadêmico sobre o tema e os reflexos desse conhecimento para a sociedade, levando em conta o poder irradiador das estruturas oficiais de ensino superior. Também aí, se chegou a resultados preocupantes, elevados a primeiro plano na conclusão do trabalho.

Em que pese o universo restrito de pesquisados, em número de 55, não assegurar exatidão ao resultado encontrado, o mesmo não pode ser ignorado como importante indicativo estatístico do problema.

A pesquisa empreendida no nível bibliográfico, na busca de uma melhor compreensão dos conflitos internacionais e do TNP como instrumento fomentador de equilíbrio nas relações entre os países nas questões nucleares, levaram a conclusões preocupantes sob o ponto de vista da diplomacia nuclear com foco nos preceitos do TNP.

Fundamentado sobre bases frágeis, a despeito de seus objetivos de desarmamento e não proliferação de armas nucleares, o TNP surge para atender interesses dos países que adquiriram poder bélico atômico no pós guerra, os quais se nuclearizaram e passaram a temer a proliferação do desenvolvimento da tecnologia nuclear e de armas atômicas.

Dessa forma, as cláusulas do TNP o tornam um tratado injusto em várias das suas prescrições, iniciando com a criação de duas categorias de países: os

detentores e os não detentores de armas atômicas, os primeiros mantendo a sua condição de país nuclear e os outros impedidos de desenvolver programas nucleares, em que pese o direito internacional assegurado pelo TNP.

A forma de tratar os países nucleares e não nucleares, considera dois pesos e duas medidas, estabelecendo direitos diferenciados para signatários do mesmo tratado. Aos não nucleares é oferecido o rigor das inspeções da AIEA e restrições dificultadoras do desenvolvimento de programas nucleares. Aos nucleares se flexibiliza as inspeções e se assegura o direito à manutenção de seus arsenais de bombas atômicas.

A falta de critério único e de direitos e responsabilidades iguais entre os signatários compromete a efetividade do TNP em relação à prevenção de riscos e conflitos nucleares, ao desarmamento e à não proliferação.

Evidências dessa fragilidade podem ser identificadas em situações como a entrada da Coreia do Norte para o grupo de países detentores da bomba atômica, precedida da sua saída do TNP, ou seja, a adesão é facultativa e a saída é apenas uma questão de opção.

No que se refere aos resultados da pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de questionário ao público acadêmico, conclui-se por um grau de conhecimento do assunto muito aquém do desejável.

Se no meio acadêmico a situação é preocupante, na sociedade em geral a preocupação é bem maior, uma vez que o nível cultural e intelectual, no geral, é, teoricamente, mais baixo do que no meio acadêmico.

Assim, a Academia que deveria ser um centro produtor e irradiador de conhecimento, com relação ao tema da diplomacia nuclear pouco tem produzido e disseminado, conforme detectado na pesquisa.

A relevância do assunto para toda a sociedade eleva o grau de responsabilidade a recair sobre as universidades, entrincheiradas por detrás de suas responsabilidades sociais, pois, se ao conhecimento produzido no meio acadêmico não for dada uma utilidade prática, de nada adiantará a ostentação do acúmulo de conhecimentos.



Torna-se necessário, então, o reposicionamento da Academia em relação ao conhecimento de que dispõe nas prateleiras das bibliotecas e nos ambientes dos laboratórios. Que esse conhecimento não se volte para dentro, para ficar exposto aos fungos e à deterioração. Que seja irradiado para toda a sociedade e ajude a criar uma consciência social coletiva que possa inibir, por exemplo, as trapaças da diplomacia nuclear, uma vez que a lucidez social não mais permitirá a prevalência das farsas e dos artificialismos com que o tema nuclear tem sido tratado.

Se não for assim, nosso meio acadêmico continuará semelhante à antiga Biblioteca de Alexandria, cujo grandioso acervo de conhecimentos se extinguiu pelo fogo e não tem mais utilidade. A diferença é que nas nossas universidades a deterioração ainda não extinguiu os acervos, mas os mesmos continuam sem utilidade.

## REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**, Brasília: Editora UnB, 1979.

BARBEIRO, Heródoto. **Introdução**. In: O Relatório da CIA – Como Será o Mundo em 2020. São Paulo, Ediouro, 2006.

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos Teóricos e Filosóficos do Novo Direito Constitucional Brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo)**. In: A nova interpretação constitucional. Ponderação, Direitos fundamentais e Relações Privadas. Rio de Janeiro, Renovar, 2003, p. 2.

BRASILESCOLA. **Pólvora**. 2013. < <http://www.brasilescola.com/quimica/polvora.htm> > Acesso em: 25/02/2013.

CARROL, Stephen. **A Bomba Atômica**. Vídeo Documentário. Produção de National Geographic, direção de Stephen Carrol. 2005. Arquivo de vídeo, 17 minutos.

DORNELES, Carlos. **Deus é inocente – a imprensa, não**. São Paulo, Globo, 2003.

ELBARADEI, Mohamed. **A Era da Ilusão – A diplomacia nuclear em tempos traiçoeiros**. São Paulo: Leya, 2011.

FISCHER, David. **History of the International Atomic Energy Agency: the first forty years**. Vienna: The Agency, 1997. Disponível em [http://www.pub.iaea.org/mtcd/publications/pdf/pub1032\\_web.pdf](http://www.pub.iaea.org/mtcd/publications/pdf/pub1032_web.pdf)

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **História e razão do paradigma vestfaliano**. In: Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano. Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 1445-1465.

GÓES, Guilherme Sandoval. **Geopolítica e pós-modernidade**. In: Revista da Escola Superior de Guerra nº 48 Vol 23. Rio de Janeiro, EdESG, 2007, p. 95-126.

JERVIS, Robert. *International Primacy: Is the Game Worth the Candle?*. **International Security**, Cambridge, MA, MIT Press, v. 17, n. 4, p. 52-67, Spring 1993.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.; HOFFMANN, Stanley. **After the cold war**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

KRASNER, Stephen D. **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LAMAZIÈRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão**, Brasília: IRBR-FUNAG – Centro de Estudos Estratégicos, 1998, p. 35-59.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among Nations: the struggle for power and peace**. 6 TH. ed. New York: McGraw-Hill, 1985.

\_\_\_\_\_. 1930-1964: Período desenvolvimentista. In: MOTOYAMA, S. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 249-316.

NOBLAT, Ricardo. **Hiroshima 60 Anos**. Em: < <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/arquivo05.asp>>. Acesso em: 01/03/2013.

OLIVEIRA, Odete Maria. **A questão nuclear brasileira: jogo de mandos e desmandos**. Florianópolis, 1989.

R7. História do Mundo. **Revolução Francesa**. Em: <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm>>. Acesso em 28/02/2013.

SMITH, Roger K. **Explaining the non-proliferation regime: anomalies for contemporary international theory**. In: *International Organization*, n. 2, vol. 41, 1987.

SNIDAL, Duncan. **Coordination versus Prisoner's dilemma: implications for international cooperation and regimes**. In: American Political Science Review, n. 4, vol. 79, 1985.

STEIN, Arthur A. **Coordination and Collaboration: Regimes in an Anarchic World**. In: KRASNER, Stephen D. (Org.) International Regimes. London: Cornell University Press, 1986.

STRATHERN, Paul. **Einstein e a Relatividade em 90 Minutos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. (Clássicos IPRI).

## Anexo 1 – Questionário de Pesquisa

21/02/13

Edit form - [ Questionário de Pesquisa - Otoniel Otoni ] - Google Docs

### Questionário de Pesquisa - Otoniel Otoni

Caro(a) Colega,

Sou cursista do Curso de Geografia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Diplomacia Nuclear, com foco na análise do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP.

Este estudo poderá fornecer subsídios para a compreensão do tema e sua abordagem no meio acadêmico.

Assim, agradeço desde já a sua participação.

Cordialmente,

Otoniel Otoni.

#### 1 - Com relação ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - TNP, você sabe da sua existência e dos seus propósitos? \*

Se a resposta a esta questão for "Não", não responda às questões 2, 3 e 4.

- ☐ Sim  
☐ Não

#### 2 - Como ficou conhecendo o TNP?

- ☐ Currículo escolar - Ensino Fundamental  
☐ Currículo escolar - Ensino Médio  
☐ Currículo escolar - Ensino Superior  
☐ Currículo escolar - Outros cursos  
☐ Mídia escrita - Jornal  
☐ Mídia escrita - Revista  
☐ Mídia escrita - Outra  
☐ Mídia eletrônica - Telejornal  
☐ Mídia eletrônica - Internet  
☐ Mídia eletrônica - Outra  
☐ Não se lembra  
☐ Other:

#### 3 - Assinale os itens que traduzem o seu conceito acerca do TNP e sua aplicabilidade?

- ☐ Justo  
☐ Injusto  
☐ Necessário  
☐ Desnecessário  
☐ Eficaz  
☐ Ineficaz  
☐ Democrático  
☐ Antidemocrático  
☐ Não tem opinião a respeito

#### 4 - O estudo sobre Diplomacia Nuclear, com foco na análise crítica do TNP, é importante para a formação acadêmica?

- ☐ Sim  
☐ Não

---

21/02/13

Edit form - [ Questionário de Pesquisa - Otoniel Otoni ] - Google Docs

☐ Não tem opinião a respeito

**5 - Apresente comentários, se desejar.**

**6 - Informe sua área de formação. \***

**7 - Informe a instituição de ensino onde cursou ou está cursando. \***

---